



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640135 - AP (2021/0013289-0)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : KLEBER NASCIMENTO ASSIS  
**ADVOGADO** : KLEBER NASCIMENTO ASSIS - AP001111B  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
**PACIENTE** : PABLO ALEXANDRE HAUSSLER NOVAES (PRESO)  
**CORRÉU** : WISLAN BRUNO DE SOUZA MENDES  
**CORRÉU** : JOSE WENDEL DA COSTA CASTRO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PABLO ALEXANDRE HAUSSLER NOVAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (HC n. 0004936-15.2020.8.03.0000).

O paciente foi preso preventivamente em 31/8/2020, para a garantia da ordem pública, pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33, 35 e 40, incisos III, da Lei n. 11.343/2006. Na sequência, a denúncia foi oferecida em 28/9/2020.

Sustenta o impetrante a existência de constrangimento ilegal consubstanciado no flagrante excesso de prazo para a formação da culpa, uma vez que não haveria previsão para o início da instrução criminal.

Alega que a ilegalidade se apresenta, também, na inidoneidade dos fundamentos do decreto preventivo, que não teriam indicado elementos concretos para justificar a custódia cautelar.

Aduz que o réu seria primário, com residência fixa e ocupação lícita, logo sua liberdade em nada atentará contra os pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a consequente expedição do alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência deste Sodalício firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus**

***contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.***

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal:

*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

E, no caso, em juízo sumário, não visualizo manifesta ilegalidade que autorize o afastamento do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, fundamentou suficientemente a manutenção da custódia do paciente nos seguintes termos (e-STJ fls. 21-22):

*"Apura-se por meio de ação penal a conduta do paciente e outros dois corréus, em comunhão de ações e desígnios, atribuindo-lhes, em tese, a conduta descrita nos artigos 33, 35 c/c 40, inciso III da Lei n. 11.343/2006, pois tentaram arremessar objetos e drogas para dentro do IAPEN, mas foram surpreendidos pelos agentes e empreenderam fuga, sendo presos na entrada do município de Santana, com drogas e diversos aparelhos eletrônicos no veículo.*

*Ressalto que conquanto o paciente esteja preso desde 31/08/2020, em análise aos autos da ação penal, não vislumbro desídia ou omissão a ser imputada ao Judiciário, ao contrário, tratando-se de ação na qual se apura a ocorrência de tráfico e associação para o tráfico majorado pela ocorrência nas dependências de estabelecimento prisional, com 03 acusados, somente o paciente apresentou a peça defensiva, os demais, notificados, deixaram transcorrer in albis o prazo assinalado, razão pela qual, por oportuno, recairá o ônus à Defensoria Pública do Estado do Amapá, a quem será encaminhado os autos.*

*Segundo orientação pacificada nos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser considerada as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação*

*dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado (RHC 58.140/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 30/9/2015; RHC 58.854/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/9/2015, DJe 30/9/2015).*

*Extrai-se que a ação penal vem recebendo trâmite regular. Os prazos no processo penal são flexíveis e computados em conformidade com as circunstâncias do caso concreto, não decorrendo, por isso, de simples cálculo aritmético. Outrossim, eventual atraso para o início da instrução processual não se deve ao Judiciário, mas aos próprios acusados."*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, inciso XIII, alínea c, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência